

CORREIO NACIONAL

Valter Campanato/Agência Brasil



Medida visa impedir 'fracionamento de vagas'

DPU oficia ministérios por cotas raciais em concursos

A Defensoria Pública da União (DPU) enviou nesta quarta-feira (21) uma recomendação aos ministérios da Igualdade Racial e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para que garantam o cumprimento da legislação sobre cotas raciais em concursos públicos do governo federal.

O órgão recomendou que a administração pública garanta o cumprimento da cota de 20% para candidatos negros e impeça a continuidade do chamado fracionamento de vagas – quando um órgão divide o que seriam as vagas totais reservadas a candidatos negros e a fraciona entre os cargos ofertados, geralmente na forma de sorteio.

Sisu: inscrições terminam na sexta

Os interessados em participar do processo seletivo de 2026 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem se inscrever até esta sexta-feira, 23 de janeiro.

Uma das novidades desta edição é que quem participou de pelo menos uma das três últimas edições do Enem – 2023, 2024 e 2025 – pode se inscrever para concorrer a vagas oferecidas pelas instituições que aderiram ao processo seletivo.

Freepik



No Brasil, o uso do bebê conforto é obrigatório

Inmetro faz alerta sobre bebê conforto

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) orienta os pais a terem atenção na compra e utilização da cadeirinha do bebê conforto, equipamento obrigatório com o objetivo de garantir a segurança de recém-nascidos e bebês durante o transporte em veículos automotores.

De acordo com o instituto, o primeiro aspecto a ser observado é se o produto possui o selo de certificação do Inmetro, que indica que o equipamento foi submetido a ensaios e atende aos requisitos técnicos obrigatórios.

É preciso verificar selo de certificação

De acordo com o diretor de Avaliação da Conformidade do Inmetro (Dconf), João Nery, é importante também a verificação das informações fornecidas pelo fabricante, como faixa etária, peso e altura indicados no manual.

No Brasil, o uso do bebê conforto é obrigatório para o transporte de crianças de até 1 ano de idade, até 13 kg ou até 75 cm de altura.

Floresta Viva I

O edital Floresta Viva – Terras Indígenas, que vai investir R\$ 8,8 milhões em projetos de restauração ecológica em territórios indígenas, foi prorrogado.

A partir de agora, as organizações que queiram submeter propostas para esse edital poderão se inscrever até o dia 27 de fevereiro.

Floresta Viva II

A chamada do edital Floresta Viva é focada em projetos de recuperação ambiental que estejam aliadas ao fortalecimento econômico e social das comunidades indígenas e vai selecionar até quatro iniciativas que serão desenvolvidas nos estados de Mato Grosso, do Tocantins e Maranhão.

Matriz Africana I

Um guia promete contribuir ao combate à discriminação racial e à intolerância religiosa contra os povos de matriz africana. O material é uma iniciativa da Secretaria de Combate ao Racismo e às Discriminações, em conjunto com a Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Matriz Africana II

A publicação foi lançada no Teatro dos Bancários, Brasília, na quarta, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em homenagem à Iyalorixá Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, na Bahia, vítima de intolerância por ser praticante de religião de matriz africana e contará com participação de representantes de diversos terreiros da região.

Edital em janeiro

O presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o lançamento do edital do novo concurso público para policial legislativo da Casa ocorrerá ainda neste mês. A confirmação foi dada em vídeo publicado, na quarta, em seu perfil nas redes sociais.

Hugo Motta

“Quero ainda anunciar que nós teremos ainda no mês de janeiro o lançamento de um outro concurso, esse para policial legislativo da Câmara dos Deputados”.

Motta ainda lembrou que o prazo de inscrições se encerrará às 18 horas (horário de Brasília) da próxima segunda-feira (26).



Proposta prevê que o registro profissional dependa da prova

Enamed como exame de proficiência para médicos

Medida precisa ir ao congresso e valerá para edições futuras

Da Redação

O governo federal vai propor ao Congresso Nacional que o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) se torne também um exame de proficiência, para determinar se o médico recém-formado está apto a exercer a medicina.

A proposta prevê que o registro profissional dos médicos dependa do desempenho nesta avaliação.

De acordo com o ministro da Saúde Alexandre Padilha, o governo quer aproveitar que o Congresso já está discutindo a criação de um exame de proficiência médica para apresentar essa proposta como mais vantajosa:

“Primeiro porque ele [o exame] vai ser feito no segundo, no quarto e no sexto ano (de faculdade), ou seja, ele avalia o progresso. E ele é feito pelo Ministério da Educação, que tem como interesse principal a formação médica, e não por outra entidade que possa ter qualquer outro interesse com relação a isso”, declarou o ministro em coletiva de imprensa no Rio de Janeiro.

Padilha esclareceu que a proposta só pode entrar em vigor após uma mudança na legislação brasileira, portanto, valerá para edições futuras do Enamed e não para a edição de 2025, que teve o seu resultado divulgado esta semana. O ministro também rebateu as acusações de que o exame tenha mostrado uma realidade catastrófica da formação médica no Brasil.

“A grande maioria dos estudantes tiveram um resultado muito positivo e mesmo nas instituições que foram mal avaliadas, você tem alunos que tiveram um resultado muito positivo”, destacou o ministro.

“Mais importante que o Enamed são as medidas para melhorar essas instituições (que não tiveram bom desempenho) e se elas não melhorarem, elas não vão poder fazer mais vestibular, não vão poder ampliar vagas e talvez não possam nem mais funcionar”, defendeu o ministro.

De acordo com Padilha, o Enamed é apenas uma das iniciativas tomadas recentemente para aprimorar a formação médica, assim como a aprovação de novas diretrizes curriculares e a criação do Exame Nacional de Residência - Enare, prova unificada para cursos de residência de todo o país, que a partir deste ano passa a aceitar a nota do Enamed como forma de ingresso.

A hipótese de utilizar o Enamed como exame de proficiência foi levantada pelo Conselho Federal de Medicina, mas o CFM estuda fazer isso ainda com os resultados de 2025, impedindo o registro dos formandos que tenham obtido nota insuficiente no exame. Para a entidade, o resultado do Enamed aponta um “problema estrutural gravíssimo” na formação médica do país, já que cerca de um terço dos cursos tiveram desempenho insuficiente, a maioria da rede privada ou municipal.